

**À(O) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE CAXIAS DO SUL – RS**

**Pregão Eletrônico nº 90.028/2025**

**ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra o julgamento que declarou vencedora do Pregão Eletrônico em epígrafe a empresa **BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA**, com fulcro no art. 165 da Lei 14.133/2021, pelos fundamentos expostos a seguir.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente Recurso é tempestivo, uma vez que apresentado dentro dos 03 (três) dias úteis posteriores à aceitação da manifestação da Recorrente contra a decisão que declarou vencedora a empresa recorrida no Pregão Eletrônico em tela, como previsto no art. 165 da Lei 14.133/2021 e item 9.1 do Edital.

**II – DOS FATOS**

O SAMAE de Caxias do Sul, instaurou o Pregão Eletrônico nº 90.028/2025, destinado contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, de forma contínua, mediante a disponibilização de vigilantes, armamentos, materiais, equipamentos e utensílios necessários, destinados ao atendimento das necessidades do SAMAE de Caxias do Sul – RS.

Na data designada para a abertura da sessão pública, feita a classificação inicial das propostas, e após decorrida a etapa competitiva de lances, a empresa **BETRON** restou como arrematante, sendo posteriormente **declarada vencedora do pregão**.

A recorrente registrou intenção de recurso, no entanto, ao verificar os documentos de habilitação, observa-se a existência apenas de certidão negativa de declaração de capacidade de execução e publicação de alvará. De tal modo, ou os demais documentos de habilitação não foram disponibilizados pelo órgão, acarretando a nulidade do certame, ou a empresa não os detém. Assim, não resta outra alternativa senão o presente recuso.

### III – DAS RAZÕES DO RECURSO

A recorrente registrou a devida intenção de recurso, conforme ata:

09/05/2025 às 11:40:30	Fornecedor ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ 14.576.552/0003-19 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
------------------------	---

No entanto até o momento, prazo final para registrar as razões de recurso, consta apenas um documento relativo à habilitação da recorrida no sistema:

03.229.363/0003-53 Programa de integridade Aceita e habilitada	BETRON TECNOLOGIA EM SEG. RS	Valor ofertado (unitário) R\$ 8.306.322.5300 Valor negociado (unitário) -	^
▼ Chat			
▼ Proposta			
^ Anexos			
Proposta.pdf		06/05/2025 19:18:58	↓
Planilha.xlsx		06/05/2025 19:19:07	↓
1-Samae - resposta sobre diligencia 1.pdf		07/05/2025 17:01:58	↓
0-Proposta.pdf		07/05/2025 17:01:58	↓
Planilha lances 1a. dil. envid.xlsx		07/05/2025 17:03:09	↓
HABILITA.pdf		09/05/2025 11:23:34	↓

Ao acessar tal documento, observa-se a existência **apenas** de **certidão negativa de falência, declaração de capacidade de execução e extrato de publicação de alvará de funcionamento**, não constando os documentos de habilitação técnica, jurídica, econômico-financeira, devidamente exigidos a partir do

item 8.2 do edital.

Ainda que a análise da habilitação tenha ocorrido por meio do SICAF, é **de rigor que a Administração disponibilize tais documentos aos demais licitantes**, tendo em vista que no SICAF **o acesso à documentação é restrito ao próprio fornecedor e à Administração Pública**, não sendo permitido aos demais licitantes acessar diretamente esses dados.

Pois bem, é notório que que a Administração Pública e as licitações são regidas pelo princípio fundamental da **publicidade**, estabelecido na Constituição Federal <sup>1</sup> e no art. 5º da Lei nº 14.133/21<sup>2</sup>. Não obstante, o §5º do art. 165<sup>3</sup> da mesma Lei **assegura aos licitantes cista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses**.

Nesse sentido, a **Instrução Normativa nº 73/2022**, que disciplina os procedimentos licitatórios com critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, tal como do presente caso, **determina a disponibilização para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para tal fase:**

Art. 39. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º ou por aqueles que aderirem ao Sicaf.

[...]

§ 7º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no Capítulo XI.

[...]

**§ 9º Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória**, após concluídos os procedimentos de que trata o § 7º

Ora, o direito ao próprio recurso administrativo resta totalmente prejudicado

<sup>1</sup> **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

<sup>2</sup> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da **publicidade**, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

<sup>3</sup> § 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

ante a impossibilidade de verificação dos documentos de habilitação da recorrida.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) reconhece a nulidade de licitação que viola o princípio da publicidade:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE . AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INTIMAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS. NULIDADE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO POSTERIORMENTE À HABILITAÇÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. MANUTENÇÃO . No caso, a Administração Pública não providenciou o devido aviso prévio e publicidade ao ato, para que fosse propiciado a todos os licitantes habilitados a participarem da sessão, já que todos os presentes têm direito de examinar os envelopes com as propostas antes de sua abertura, a fim de confirmar a presença da rubrica neles lançada no momento da entrega e, igualmente, garantir que os mesmos encontravam-se incólumes e lacrados, objetivando sempre a máxima lisura do procedimento licitatório, para que livrado de qualquer mácula quanto à sua regularidade e isenção. APELAÇÃO DESPROVIDA.

(TJ-RS - APL: 50004566920188210163 TERRA DE AREIA, Relator.: Francisco José Moesch, Data de Julgamento: 23/06/2022, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 30/06/2022)

De tal modo, é de rigor a anulação do presente pregão, ou então a disponibilização dos documentos de habilitação da recorrida, com a consequente reabertura do prazo recursal.

#### **IV – DO PEDIDOS**

Diante do exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, lembrando o próprio dever de se evitar o ônus de eventual demanda judicial, a **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, requer:

a) o recebimento e provimento do presente recurso administrativo, para **declarar a nulidade do Pregão Eletrônico nº 90.028/2025;**

b) caso o entendimento não seja anulação do edital, requer-se a **disponibilização dos documentos de habilitação da recorrida, com a consequente reabertura do prazo recursal;**

c) O encaminhamento do presente recurso administrativo para instância superior, caso não seja realizado o juízo de retratação, o que se admite apenas como argumentação, para que então, se proceda a reforma da decisão.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Joinville/SC, 14 de maio de 2025

Guilherme Luiz Kuhn

OAB/PR 114.974

**GUILHERME  
LUIZ KUHN**

Assinado de forma  
digital por GUILHERME  
LUIZ KUHN  
Dados: 2025.05.14  
15:14:06 -03'00'









# República Federativa do Brasil

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE

2º TABELIONATO DE NOTAS E 3º DE PROTESTOS

MARCIO FLAVIO MAFRA LEAL - Tabelião

R. Dona Francisca, 363, Centro, Joinville/SC, 89.201-250

Fone: (47) 3422-6968

Livro 628  
Folha 21 V

PROCURAÇÃO AD NEGOTIA sob protocolo nº 101028 em data de 10/09/2024

Identidade R.G nº 4.151.147 SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº 059.114.149-37 e **GIULIA VIEIRA GIANNINI**, brasileira, casada, gerente comercial, portadora da cédula de identidade R.G. nº 36.688.228-4 SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 409.742.378-92, todos com endereço profissional na sede; aos quais confere poderes amplos gerais e ilimitados para a finalidade de **ISOLADAMENTE**: participar em licitações, retirar/impugnar editais, fazer vistorias ou visitas, apresentar documentação e propostas, assinar declarações exigidas nas licitações, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação/propostas, assinar atas, registrar ocorrências, interpor recursos, renunciar direito de recursos, formular verbalmente novas propostas de preços, manifestar imediata e motivadamente a intenção de renunciar ou de recorrer, assinar atas, inclusive a com valor final dos lances e praticar/assinar/decidir sobre todos os demais atos e documentos pertinentes e que sejam indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, **válido por 02 (dois) anos**. À procuradora **GIULIA VIEIRA GIANNINI**, inclui poderes para representar a empresa no que trata a assinatura de carta de fiança, seguro-garantia, representar a empresa perante Bancos, Instituições Financeiras e Seguradoras, para fins de carta de fiança e seguro-garantia, bem como toda e qualquer modalidade de seguro em licitações e contratos públicos. À procuradora **SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA**, inclui poderes gerais para o foro incluso na cláusula ad judicia et extra, especialmente para impetrar Mandado de Segurança contra ato de autoridades diversas, representação em ações cíveis em geral, recorrer, desistir, transigir e substabelecer o presente, no todo ou em parte. Às procuradoras **SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA e GIULIA VIEIRA GIANNINI** incluem poderes de substabelecimento, assim como nomear e/ou constituir procuradores. O comparecente autoriza a consignação e o armazenamento de seus dados pessoais constantes na presente procuração, bem como, sua utilização em todos os demais atos e procedimentos decorrentes de sua lavratura, nos termos do Art. 7º, inciso I, c/c Art. 5º, inciso XII e XVI da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. O comparecente declara que não é politicamente exposto, ou familiar de politicamente exposto, nos termos da Resolução nº 40/2021 do Controle de Atividades Financeiras – COAF. Todos os documentos apresentados para a lavratura do presente instrumento foram fotocopiados/digitalizados e ficam arquivados nesta serventia, em pasta própria, nos termos do Artigo 799, parágrafo único do Código de Normas da Corregedoria

Documento impresso por meio mecânico. Qualquer emenda ou rasura, sem ressalva, será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

continua na próxima página...

## 2º Tabelionato de Notas e 3º Tabelionato de Protestos

Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

### AUTENTICACÃO

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville/SC, 11 de setembro de 2024 09:24:55

Em testemunho da verdade

Selo digital do Tipo: Normal HFV75507-0MNP

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Emolumentos: R\$ 5,03 FRJ:R\$1,14 ISS:R\$0,15 Total = R\$ 6,32

Qualquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.  
T. Rosângela Maria de Oliveira Guimarães - Escrevente; Rosângela Moreira Serafim - Escrevente;  
Natália Martinelli - Escrevente; Nélida Aguiar Bruno - Escrevente; Priscilla Mota Fuchina - Escrevente;  
Jessica Cristina de Souza - Escrevente; Juliana Mertens - Escrevente; Dione Ferrari Oliveira - Escrevente;  
Cristiane Reiner Klitzke - Escrevente Substituta; Michelle Paiselli Ehrat - Escrevente;







# República Federativa do Brasil

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE

2º TABELIONATO DE NOTAS E 3º DE PROTESTOS

MARCIO FLAVIO MAFRA LEAL - Tabelião

R. Dona Francisca, 363, Centro, Joinville/SC, 89.201-250

Fone: (47) 3422-6968

Livro 628  
Folha 22 F

SK

PROCURAÇÃO AD NEGOTIA sob protocolo nº 101028 em data de 10/09/2024

Geral da Justiça deste Estado. Os dados das empresas outorgantes, seu representante, bem como a qualificação dos procuradores, foram declarados pelo representante das empresas outorgantes, ficando ciente de que a falsidade nas informações e por qualquer incorreção, ensejará em responsabilidade civil e criminal, isentando o notário de qualquer obrigação. Deslocamento/diligência cobrado no protocolo nº 101029. De como assim o disse, do que dou fé, pedi-me e lhe lavrei este instrumento que lido, achou conforme, aceitou e assina tudo perante mim. Eu(a.) SILVANA APARECIDA KURPEL, Escrevente Notarial, a conferi e subscrevo. Emolumentos R\$ 71,71 + ISS R\$ 2,15 + FRJ R\$ 16,29 = Total R\$ 90,15.. ASSINADOS: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (Representante) RONALDO BENKENDORF, ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (FILIAL) (Representante) RONALDO BENKENDORF, ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (Representante) RONALDO BENKENDORF, ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (Representante) RONALDO BENKENDORF. "TRASLADADA EM SEGUIDA". Confere com o original no referido livro e folhas em meu poder e cartório, do que dou fé. Eu (as.) SK, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Joinville/SC, 10 de setembro de 2024.

Em testº SK da verdade.

SILVANA APARECIDA KURPEL  
Escrevente Notarial

Destinação FRJ:  
FUPEC: 24,42%;  
OAB, Peritos e Assistência: até 24,42%;  
FEMR/MPSC: 4,88%;  
Ressarcimento de Atos Isentos e Ajuda de Custo: 26,73%;  
TJSC: 19,55%;



2º Tabelionato de Notas e  
3º de Protestos de Joinville  
Marcio Flávio Mafra Leal

Documento impresso por meio mecânico. Qualquer emenda ou rasura, sem ressalva, será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

2º Tabelionato de Notas e 3º Tabelionato de Protestos  
Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

## AUTENTICACÃO

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville/SC, 11 de setembro de 2024 09:24:55

Em testemunho da verdade.

Selo digital do Tipo: Normal HFV75508-ALB6

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Emolumentos: R\$ 5,03 FRJ: R\$ 1,14 ISS: R\$ 0,15 Total =

R\$ 6,32

Qualquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.  
Marcio Flávio Mafra Leal - Tabelião; Cristiane Reimert Klitzke - Escrevente Substituto; Dione Ferrari Oliveira - Escrevente;  
Jessica Cristina de Souza - Escrevente; Juliana Mertens - Escrevente; Michele Patzelt Ehrat - Escrevente;  
Natalia Martinelli - Escrevente; Nilceia Aguiar Bruno - Escrevente; Priscilla Mota Fuchina - Escrevente;  
Rosângela Maria de Oliveira Guimarães - Escrevente; Rosângela Moreira Serafim - Escrevente;



EM BRANCO

## SUBSTABELECIMENTO

**SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA**, brasileira, casada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o número 43.503, através do presente, substabelece, COM RESERVAS, os poderes outorgados por **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41 e 79.283.065/0003-03, em favor de **ALINE DA SILVA NORONHA**, brasileira, solteira, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 28.268, **CHRISTIANE KLEIN FEDUMENTI**, brasileira, divorciada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC nº 15.522; **CLÁUDIA MARIA DE OLIVEIRA MARQUES**, brasileira, divorciada, advogada, legalmente inscrita na OAB/SC sob nº 31.116, **ELAINE INÁCIO MEDEIROS WOLF**, brasileira, divorciada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 27.865; **HARRIETT CIOCHETTA DE MELLO**, brasileira, solteira, advogada, legalmente inscrita na OAB/RS sob o nº 86.052; **LIZ MARA GALASTRI**, brasileira, casada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC nº 12.315, **JULIANA MACHADO ZIMATH**, brasileira, solteira, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob nº 33.179; **ANA RAFAELA SOARES DE BORBA**, brasileira, solteira, advogada legalmente inscrita na OAB/Scsob nº 35.112; **RAFAELA DA SILVA GRANDE**, brasileira, divorciada, advogada, legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 30.522, **GABRIELA CRISTINE FERNANDES**, brasileira, casada, advogada, legalmente inscrita na OAB/SC sob o nº 54.580, **GUILHERME LUIZ KUHN**, brasileiro, solteiro, advogado, legalmente inscrito na OAB/PR sob o nº 114.974.

Dessarte, ressalta que toda e qualquer intimação ou publicação deve ser realizada, exclusivamente, em nome da advogada **SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA**, brasileira, casada, advogada legalmente inscrita na OAB/SC sob o número 43.503.

Joinville/SC, 08 de maio de 2025.

SIMONE ROSY DO  
NASCIMENTO  
COSTA:0330174690  
0

Digitally signed by SIMONE  
ROSY DO NASCIMENTO  
COSTA:03301746900  
Date: 2025.05.08 17:13:28  
-03'00'

**SIMONE ROSY DO NASCIMENTO COSTA**  
**OAB/SC 43.503**